



MENSAGEM DO NOVO ANO

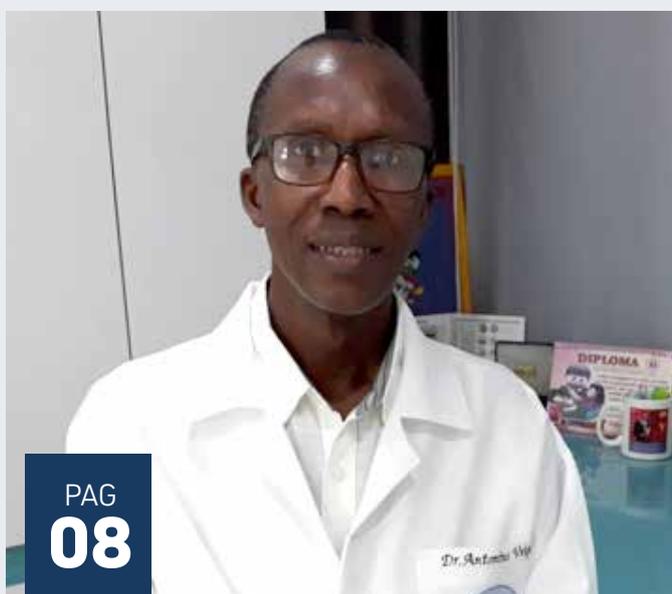
PAG
02

Líder do STIF apela luta conjunta dos trabalhadores para enfrentar desafios de 2020



PAG
04

Frente sindical contra redução das participações do INPS



PAG
08

PARCERIA ENTRE STIF E BUCO-DENTÁRIO CLINIC: SÓCIO-GERENTE DESTACA VANTAGEM DO ACORDO COM DESCONTO DE 20% PARA OS ASSOCIADOS



PAG
06

MUDANÇAS NA DIRECÇÃO REGIONAL SUL DO STIF: AS PRIORIDADES E OS DESAFIOS DA NOVA LIDERANÇA

Mensagem do Novo Ano

LÍDER DO STIF APELA LUTA CONJUNTA DOS TRABALHADORES PARA ENFRENTAR DESAFIOS DE 2020

Na sua mensagem do fim de ano, o líder do STIF deseja a todos os associados da organização e trabalhadores em geral das instituições financeiras de Cabo Verde um ano novo próspero e com muita saúde, apelando ao mesmo tempo para o cerrar das fileiras por todos na luta para que se possa vencer os desafios de 2020. «Desejo que todos trabalhem juntos para que possamos enfrentar os novos desafios de 2020, já que o ano de 2019 foi difícil por ter sido mais um ano de seca e de congelamento salarial, contrariamente ao prometido pelo governo», pede Aníbal Borges.

Referindo-se ao ambiente sócio-laboral no país, o sindicalista lembra que 2019 foi um ano difícil, já que, contrariamente à promessa do Governo de fazer reajuste salarial anual conforme a taxa de inflação registada, foi congelado o aumento salarial a nível geral. Um fato que, segundo ele, teve reflexo negativo na vida dos trabalhadores com a redução do seu poder de compra e conseqüentemente da sua qualidade de vida.

Aníbal Borges destaca, por outro lado, que as reformas importantes prometidas pelo governo de Ulisses Correia e Silva ficaram somente no papel. Neste particular, ilustra que, a nível do INPS, houve sim uma redução da comparticipação desta instituição nos custos da saúde (ver uma peça sobre a matéria nesta revista). Disse que ficou também adiada «sine die» a proposta para a revisão do Código Laboral, que o governo tinha prometido realizar ainda durante esta legislatura que termina em 2021.

Diante dos fatos referidos, o líder do STIF faz questão de realçar que o projecto de Orçamento do Estado para 2020 não contemplou qualquer aumento salarial, o que significa que o ano vindouro será de muita dificuldade e sacrifícios para os trabalhadores cabo-verdianos e das instituições financeiras, em particular. «Por isso, apelamos a solidariedade da classe e adesão de todos às diferentes formas de luta que teremos de adoptar para que possamos enfrentar a situação sócio-laboral no país, que se prevê ser difícil, tal como aconteceu no ano findo», deseja Aníbal Borges na sua mensagem de ano novo, dirigida a todos os trabalhadores das instituições financeiras de Cabo Verde, com destaque para os associados da organização representativa da classe.

Líder do STIF considera crítica a situação sócio-laboral em Cabo Verde

A situação sócio laboral em Cabo Verde e no sector financeiro, em particular, continua a caracterizar-se pelo clima de congelamento salarial, insegurança no emprego e medo reinante entre os trabalhadores. A advertência é do Líder do STIF, Aníbal Borges, para quem tanto os funcionários públicos como os empregados do sector privado ficaram prejudicados com a falta de reajuste salarial nos últimos anos, já que sequer houve um acordo neste sentido a nível da última reunião do Conselho da Concertação Social (CCS).

«Como é do domínio público não tem havido acordo no CCS – Conselho da Concertação Social em matéria de ajustamento salarial, devido, por um lado, à incapacidade das Centrais de convencerem o patronato e o Governo a fazerem ajustamentos salariais anuais tal como prometeu no seu programa de ação e, por outro lado, porque o patronato vem conseguindo do Governo a adoção de medidas de políticas mais favoráveis para si, que obviamente são prejudiciais para os trabalhadores», fundamenta o presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Instituições Financeiras de Cabo Verde.

Segundo a mesma fonte, não havendo acordo e uma referência do CCS em matéria de ajustamento salarial, o privado segue na mesma linha e escuda-se neste argumento e não faz ajustamentos para os seus colaboradores.

Além dos aspectos referidos, Aníbal Borges fundamenta que o desemprego continua elevado. Destaca que os escassos empregos conseguidos nalguns sectores, são, na sua maioria, empregos sazonais e/ou para preencher postos de trabalho deixados por trabalhadores que atingiram a idade de reforma – no sector financeiro é o que tem acontecido.

«Perante a situação de desemprego elevado, sobretudo no seio da juventude, os empregados procuram agarrar o seu posto de trabalho, sujeitando-se muitas vezes a tratamentos menos adequados, havendo indícios de assédio moral e sexual



quer no processo de recrutamento como durante o exercício da atividade profissional. Diga-se de passagem que no sector hoteleiro a situação é dramática», denuncia a mesma fonte.

Reajuste salarial no sector financeiro

Diante de tudo isto, o dirigente sindical faz questão de realçar que o ajustamento salarial, em vários setores de actividade, já nem se fala. É que, segundo ele, os trabalhadores reclamam, mas não sentem a coragem de o solicitar.

Mesmo assim, revela que o STIF conseguiu, com muitos esforços, negociar este ano reajuste salarial com algumas empresas do sector. «No sector financeiro, neste ano ainda conseguimos alguma coisa, mas não em todas as instituições. Até ao momento, apenas houve reajuste na GARANTIA – 1,75%, no BCN – 1,3%, na Impar – 1,75% e no INPS – 2,2%, na CECV – 1,5%, no SISP -1%. Aconteceu também o aumento do subsídio de refeição de 150\$00 para 250\$00, todos com efeitos a Janeiro de 2019. Nas restantes instituições não concederam ajustamento salarial aos seus colaboradores», conclui Aníbal Borges.

Atualidade

Frente sindical contra redução das comparticipações do INPS



Os sindicatos de Santiago (STIF, SISCAP, SINDEP) e seus congéneres de Sal (SINTICAP, SICOTUR e STIM) e Santo Antão (SLTA) posicionam-se, como aconteceu com a União dos Sindicatos de São Vicente, contra aquilo que consideram ser a redução drástica das comparticipações do INPS – Instituto Nacional da Previdência Social. Uma medida que, na ótica do porta-voz Aníbal Borges, afeta os trabalhadores e foi tomada sem audição prévia dos sindicatos, conforme estabelece a Lei nº 17/V/96, de 30 de Dezembro, que regula a participação das organizações sindicais na elaboração da legislação de trabalho.

Conforme a mesma fonte, à semelhança de outros sindicatos nacionais, o grupo das sete organizações de trabalhadores das três ilhas referidas analisou as Portarias nºs 19, 20, 21, 22, 23 e 24/2019, que foram recentemente aprovadas e publicadas pelo Governo, sob proposta do INPS. Constataram que as mesmas contém, efetivamente, contrariamente ao propalado pela Direção do INPS, medidas penalizadoras para os segurados e seus familiares.

«Antes, o segurado tinha direito a mudar 2 (duas) armações de óculos em 3 (três) anos, no máximo, agora só tem direito a 1 (uma) armação em 2 (dois) anos, no máximo; Antes, o segurado tinha também direito a mudar 6 (seis) lentes em 3 (três) anos, no máximo, agora

só tem direito a mudar 2 (duas) lentes em 2 (dois) anos; A comparticipação do INPS na compra de cadeiras de roda, foi reduzida de 80% - com limite máximo de 25.000\$00 - para 60% com limite máximo de 6.000\$00 e, nas próteses auditivas, de 75% para 60%; A comparticipação nas CONSULTAS DE ESTOMATOLOGIA (DENTISTA), deixou de existir», enumerou Aníbal Borges.

Revela a mesma frente sindical que certificou ainda de que os Estatutos do INPS foram violados, em face daquilo que dispõe o seu artigo 15º, alínea p), respeitante à competência do Conselho Diretivo, que é o órgão deliberativo máximo do INPS e onde os representantes dos trabalhadores e dos empregadores têm assento. «A Comissão Executiva do INPS e a sua Presidente, ao não terem submetido, previamente, as propostas de alterações ao Conselho Diretivo, violaram, intencionalmente, os respetivos Estatutos, o que é grave, e reclama, por si só, uma tomada de posição urgente por parte do Governo, com vista a repor a legalidade», exige Aníbal Borges.

O dirigente sindical faz questão de fundamentar que, além dos Estatutos do INPS, há ainda a Lei nº 17/V/96, de 30 de Dezembro, que regula a participação das organizações sindicais na elaboração da legislação de trabalho (incluindo a segurança social). Acrescenta que, no seu artigo 3º, o diploma estabelece claramente o Dever de audição. “Nenhum projeto ou proposta de diploma legal relativo à legislação de trabalho (incluindo a segurança social) pode ser discutido e votado pela Assembleia Nacional ou pelo Governo sem que prévia e atempadamente as organizações sindicais tenham sido ouvidas sobre a matéria em análise”, refere.

Diante de tudo isto, o grupo dos sete sindicatos conclui que tanto o INPS como o Governo violaram os Estatutos do INPS e a Lei nº 17/V/96, de 30 de Dezembro, motivo porque aproveita para denunciar e repudiar tais alterações. Como havia sido já solicitado pela União dos Sindicatos de São Vicente, os sindicatos de Santiago, Sal e Santo Antão exigem a suspensão imediata das referidas Portarias, sob pena de entrarem com uma ação judicial de impugnação destas mesmas portarias junto dos tribunais.

Na decorrência destas publicações, uma delegação integrada por dirigentes do STIF, SISCAP, SINDEP e SICOTUR e em representação dos Sindicatos acima referidos, teve um encontro com a Comissão Executiva do INPS no dia 19/09/2019 e foram informados pela PCE que afinal as portarias foram submetidas ao Conselho Diretivo (CD) do INPS, contrariamente ao denunciado por Joaquina Almeida,

na qualidade de representante e SG da UNTC-CS, de que o assunto não foi levado ao Conselho Diretivo.

Contactou-se mais alguns representantes do CD do INPS e confirmaram que o assunto foi submetido sim ao referido conselho do INPS e que deu o seu aval, mas que não foram debatidas, dando a entender que as portarias publicadas não correspondem às levadas ao CD.

«Os sindicatos acima referidos tinham prometido impugnar as portarias, mas perante este desencontro de informações demonstram que algo não bate certo. Pergunta-se quem está a mentir? A Presidente da Comissão Executiva do INPS ou a SG da UNTC-CS? Isso é muito grave! Urge esclarecer para que se possa agir em conformidade», concluem as mesmas organizações sindicais.



Fundo do Desemprego: STIF exige aumento do valor de subsídio e acesso rápido

O Fundo do Desemprego (FD) deve ser revisto, com urgência, aumentando o valor do subsídio que é baixo, mas também reduzindo as exigências para o seu acesso. A proposta é do líder do STIF, Aníbal Borges.

«Acontece que muito poucos trabalhadores conseguiram, até ao momento, aceder a esse fundo, por um lado devido à falta de informação e, por outro, a dificuldades que são criadas. Isto devido a exigências exageradas por parte do INPS, havendo casos de reclamações de muitos trabalhadores que, apesar de recorrerem ao fundo, mas não foram atendidos», sustenta a mesma fonte.

O sindicalista explica que o subsídio de desemprego é uma prestação mensal, atribuída em dinheiro pela Previdência (Segurança) Social, aos contribuintes que se encontram numa situação de desemprego involuntário. Mas existem condições para a atribuição deste subsídio e outros aspetos que devem ser respeitados para quem se encontra desempregado poder usufruir deste direito.

Aníbal Borges faz questão de contextualizar que, em Cabo Verde, o subsídio de emprego foi instituído no ano de 2016, como uma contra-partida para alteração do Código laboral. «Apesar de podermos considerar o Subsídio de Desemprego, em si, como algo de bom, mas como foi concebido não corresponde aquilo que é desejável. Tem uma abrangência bastante restritiva, exclui o direito a contribuintes, pelo simples facto de receber a compensação ou indemnização por cessação do seu contrato, o que é um absurdo, porque trata-se de uma prestação que resulta de uma contribuição, pelo que todo o trabalhador que contribuir com o seu desconto deve receber o subsídio em caso de desemprego».

Para o presidente do STIF, a prestação é muito irrisória como subsídio. Deu exemplo de um trabalhador que afigere 100 ou 200 ou mais contos por mês, mas recebe 2,5 salários mínimos (2,5 x 13.000\$00) e por um período máximo de seis meses. «Do nosso ponto de vista, não se acautelou casos de um trabalhador no fim da sua carreira, isto é, perto da reforma, como por exemplo um trabalhador com mais de 55 anos de idade, que tenha 56/57/58/59 anos se for mulher e 60/61/62/63/64/65 anos de idade, que já não tem qualquer esperança de conseguir outro emprego e que passará o resto da sua vida no desemprego e sem qualquer contrapartida».

O sindicalista questiona que só é atribuído o subsídio referido às situações de desemprego involuntário, isto é, apenas quando depender do empregador. «Não é atribuído aos casos em que possa haver responsabilidade do trabalhador na perda do emprego. Existem muitas outras condicionantes para se aceder ao subsídio que deveriam ter sido acautelados».

Segundo a legislação em vigor, o Fundo de Desemprego é constituído por 3% de contribuições, sendo 1,5% acomodados no Fundo de Abono de família, mais 1% do empregador e mais 0,5% dos trabalhadores, representando uma contribuição global bastante substancial, isto se tomarmos em consideração a sua base de incidência.

Entrevista



MUDANÇAS NA DIRECÇÃO REGIONAL SUL DO STIF: AS PRIORIDADES E OS DESAFIOS DA NOVA LIDERANÇA

Lutar firmemente em defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores das instituições financeiras e sindicalizar o maior número possível de pessoas constituem a prioridade das prioridades do recém-eleito líder da Direcção Regional Sul do STIF, com sede na Capital. «A prioridade da minha equipa é dar a conhecer melhor o STIF e sindicalizar o maior número possível de pessoas para a organização, cujo objectivo principal é lutar firmemente em defesa dos direitos e interesses dos colaboradores», anunciou Óscar Fernandes, que substituiu Manuel Varela, que foi chamado para a Direcção Central do STIF nas últimas eleições. O novo responsável da liderança Sul pretende ainda focar a sua intervenção no diálogo com as entidades empregadoras no sentido de se criar as melhores condições de trabalho para os associados da região. Confira mais detalhes na entrevista que Óscar Fernandes concedeu à revista «Voz do STIF», que publicamos a seguir.

VOZ DO STIF - COMO SE SENTIU AO SER ELEITO LÍDER DA DIRECÇÃO REGIONAL SUL DO STIF?

ÓSCAR RIBEIRO - Senti uma grande responsabilidade e feliz pela confiança dos meus colegas. A minha equipa sabe que é uma responsabilidade acrescida em eu assumir esse cargo de presidente, por ser a maior região política do STIF a nível nacional.

- ESTÁ PREPARADO PARA ISSO?

- Sei do tamanho dessa responsabilidade que me espera. Senti uma grande responsabilidade em assumir esta função, sabendo que o STIF é um sindicato credenciado tanto a nível nacional e internacional e tendo ainda em conta que a Direcção Regional Sul é maior, requer maior engajamento do sindicato em relação aos associados. Tudo farei enquanto profissional e ser humano que sou para não defraudar as expectativas criadas com a minha eleição. Tudo com o objectivo de promover o melhor ambiente possível entre os trabalhadores sindicalizados e não só das instituições financeiras da Região, motivo pelo qual sinto -me preparado para cargo que assumo.

- A SUA LIDERANÇA JÁ TEM APROVADO OU VAI APROVAR UM PLANO DE ACTIVIDADE PARA 2019 E O PRÓXIMO ANO?

- Sim. A minha liderança, em concertação com a Direcção Nacional do STIF, já aprovou o orçamento de 2019 e algumas medidas para fortalecer o bem-estar entre os associados e a relação entre a entidade empregadora e o STIF. Neste particular, é de destacar algumas ações mais importantes

já realizadas, além de sentirmos reconfortados porque a Direção Nacional do STIF dispõe de um fundo da Greve e de apoio na doença e alguns protocolos com várias clínicas para garantir a assistência médico-medicamentosa aos

nossos associados. (ver Entrevista como o Sócio-gerente da BUCO-DENTÁRIO CLINIC nesta edição da Revista A Voz do STIF).

- EM TERMOS DE ACÇÕES SINDICAIS, QUAL VAI SER A PRIORIDADE DA SUA DIRECÇÃO?

- A prioridade da minha equipa é dar a conhecer o melhor o STIF e sindicalizar o maior número possível de pessoas para

entrar na organização, cujo objetivo é lutar firmemente em defesa dos direitos dos colaboradores.

REIVINDICAÇÕES E DESAFIOS



- Quais são as principais reivindicações dos associados na Região?

- As reivindicações mais frequentes são as seguintes: melhoria de condições de trabalho, relativamente ao espaço físico e condições humana: acertar as condições de aposentação pela idade, mas também pelo tempo de serviço,

O que a sua liderança preconiza para fazer valer as reivindicações referidas e os direitos dos associados do STIF?

- Da minha parte farei um esforço enorme, juntamente com a Direção Nacional do STIF, em engajar meios e estudos que nos possibilita em dar respostas às maiores reivindicações dos trabalhadores do setor. Apostaremos fortemente em diálogos entre as partes.

- Como pretende envolver todos os associados na luta sindical a nível das instituições financeiras em Santiago?

- Dar a conhecer melhor o STIF aos trabalhadores associados e não associados e lutar firmemente para melhorar o ambiente laborar nas instituições financeiras e não só de Santiago, mediar relação entre o trabalhador e a entidade empregadora.

Entrevista



PARCERIA ENTRE STIF E BUCO-DENTÁRIO CLINIC: SÓCIO-GERENTE DESTACA VANTAGEM DO ACORDO COM DESCONTO DE 20% PARA OS ASSOCIADOS

O STIF estabeleceu um protocolo com a Buco-Dentário Clinic para garantir assistência e tratamento odontológicos a todos os seus associados. O Sócio-gerente desta clínica, com sede na Praia, diz acreditar que este acordo será muito vantajoso para os seus beneficiários, por vários motivos. É que, segundo Antonino Veiga, ter um desconto de 20% em todos os procedimentos odontológicos é algo de muita relevância. «Acredito que tudo isso pode constituir uma mais-valia e uma vantagem para os beneficiários do STIF», diz Veiga, na entrevista que se segue, que concedeu à Revista «A Voz do STIF».

- A Voz do STIF - A clínica que dirige celebrou uma parceria com o STIF para a assistência médica a trabalhadores sindicalizados de instituições financeiras. Em que consiste este acordo?

António Veiga -Antes de mais, muito obrigado pelo convite. Relativamente à sua questão, o acordo celebrado entre a Buco-Dentário Clinic e o STIF consiste no seguinte: a Buco-Dentário Clinic presta serviços de cuidados buco -dentários

aos associados do STIF, aplicando um desconto de 20% sobre a tabela de preços em vigência nas nossas Clínicas de Palmarejo-Baixo (Condomínio Ondas do Mar) e Plateau (rua Serpa Pinto).



O acordo abrange a que áreas?

- Abrange todos os serviços de medicina dentária que prestamos aos outros pacientes habituais fora desse âmbito.

O que os trabalhadores associados do STIF beneficiam com este acordo?

- Acredito que este acordo será muito vantajoso para os seus beneficiários, por vários motivos. Por um lado, ter um desconto de 20% em todos os procedimentos odontológicos é algo de muita relevância. Isto quer dizer que quem esteja abrangido por esse acordo, por exemplo, para uma reabilitação oral total com implantes que custa entre 1.000.000\$00 a 1.500.000\$00 (dependendo da situação física e tipo de material de prótese utilizado) esse beneficiário pagaria entre 800.000\$00 a 1.200.000\$00. Um tratamento de ortodontia (aparelho de correção de mal posicionamento dentário) que pode custar 200.000\$00,

esse beneficiário pagaria 160.000\$00.

Por outro lado, trata-se de uma clínica certificada ISO 9001:2015, a única clínica dentária em Cabo Verde e talvez uma das únicas em toda a África certificada, altamente tecnológica e especializada, com especialistas residentes. As Clínicas estão localizadas em zonas muito estratégicas da cidade, facilitando desse modo a deslocação dos seus utentes. Acredito que tudo isso pode constituir uma mais-valia e uma vantagem para os beneficiários do STIF.

Entrevista

Do ponto de vista de Saúde, como vê a importância do referido acordo para o bem-estar dos associados do STIF?

- Do ponto de vista da saúde, acredito que seja muito benéfico para os associados do STIF, pois a boca faz parte de um todo que é o organismo e, fazendo visitas periódicas ao dentista, o paciente terá um lindo sorriso e uma boca saudável, aumentando assim o seu auto-estima e bem-estar.

Desde quando existe a Buco-Dentário e quais são os seus objectivos principais?

- A Buco-Dentário Clinic existe desde 1997, e tem como objetivo ser um Centro de Prestação de cuidados de saúde bucal de referência para qualquer cidadão do mundo, apostando na qualidade dos serviços que presta, voltado para a satisfação completa dos seus pacientes.

A qualidade e a confiança farão desta Clínica uma instituição sem fronteiras, instalada em Cabo Verde para competir e servir a nível Global, com as melhores soluções técnicas, tecnológicas e estéticas. Daí o nosso lema: organizamos para melhor servir, porque a qualidade é o nosso compromisso! Se procura pela qualidade, está no sítio certo! Buco-Dentário Clinic cuidamos do seu sorriso».

Que tipos de serviços a clínica presta e onde ficam as instalações?

- As nossas especialidades são IMPLANTE DENTÁRIO, ORTODONTIA (aparelho de correção de mal posicionamento dentário) e REABILITAÇÃO ORAL e ESTÉTICA mas, também realizamos todos os tipos de procedimentos odontológicos básicos como: restaurações, destarização, próteses fixas e removíveis, etc. Estamos localizados em Palmarejo-Baixo (condomínio ondas do mar) e no Plateau (rua Serpa Pinto 16).

A clínica pretende fazer alguns investimentos no futuro?

- A Buco-Dentário Clinic se propôs, desde a sua fundação, ser uma referência. E a nossa preocupação permanente é ter os melhores equipamentos, formação contínua para atualização técnica da equipe. Por isso, pensamos continuar nessa senda.

Para terminar, o que deseja aos associados do STIF?

- Como nossos clientes-parceiros, apenas desejo uma boa saúde para todos os associados do STIF. Que procurem sempre os serviços da Buco-Dentário!



Breves - Notícias Sindicais



COOPERAÇÃO INTERNACIONAL STIF no congresso de bancários de Portugal e encontro da UNI em Nigéria

O líder Aníbal Borges, em representação e na qualidade de Presidente do STIF, participou no XIX Congresso do SBSI - Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas de Portugal, que teve lugar nos dias 11 e 12 de Outubro deste ano em Lisboa.

Como se pode ver na foto, estiveram presentes os Presidentes do STIF, SNEBA de Angola, UNI-Finanças, Sindicatos de Bancários da Grécia, Itália e Espanha. De destacar que este congresso se realiza após as eleições de Abril de 2019 em que foi eleita a nova Direção e o Secretário Geral do SBSI, companheiro Rui Riso.

Mas as ações da organização a nível das relações externas e de cooperação não ficaram por aí. O Presidente do STIF, na qualidade de membro do Comité Executivo da UNI, também participou nos dias 10 e 11 de Julho, na 21ª reunião deste órgão, em Lagos - Nigéria. Além da análise da situação interna da organização, a mesma sessão apreciou

os desafios do mundo moderno em que a digitalização e as novas tecnologias determinam o futuro e decidiu avançar por esta via, como forma de acompanhar o desenvolvimento e preparar-se para enfrentar os desafios da modernização.

STIF presente no lançamento da aliança UNI/Ecobank

Continuando com a sua ofensiva no plano externo, participaram no lançamento da aliança UNI/ECOBANK, em representação do STIF, nos dias 17 e 18 de Setembro em Lagos - Nigéria, os sindicalistas Serge Santos da CECV e Edelmira Barros da ECOBANK.

Breves - Notícias Sindicais



Sindicatos discutem com a INPS suspensão de portarias que reduz participações nos cuidados de saúde

Uma delegação de dirigentes de representantes de pelo menos 12 Sindicatos, em que o STIF fez parte, esteve reunida com a Comissão Executiva do INPS para discutir a suspensão das portarias n.ºs 19, 20, 21, 22, 23 e 24/2019, que foram

recentemente aprovadas e publicadas pelo Governo, que reduz algumas participações nos cuidados de saúde.

Do encontro foi informado que contrariamente ao dito pela SG da UNTC-CS, Joaquina Almeida, o processo passou pelo Conselho Diretivo do INPS e contou com a anuência das Centrais Sindicais, deixando os Sindicatos denunciante e os trabalhadores numa situação pouco confortável ao assumirem uma posição de impugnação das portarias. Perante esta situação, os sindicatos irão desencadear ações de informação junto dos trabalhadores para esclarecer a situação e tomar uma posição conjunta no tocante à adopção de outras formas de luta em defesa dos direitos adquiridos dos trabalhadores.

DIREÇÃO CENTRAL DO STIF REUNIDA



Esteve reunida na Cidade da Praia no passado dia 30 de Novembro, para, de entre outros assuntos da ordem do dia: 1) Apreciar e aprovar a ata da última reunião; 2) Analisar a situação sócio-laboral no setor financeiro; 3) Preparar a próxima reunião da rede dos Sindicatos das Instituições Financeiras da CPLP a ter lugar em Cabo Verde no mês de maio de 2020.

De destacar a análise da situação sócio laboral, a aprovação do plano e orçamento de atividades que preveem um conjunto de atividades e meios financeiros para fazer face aos desafios futuros, designadamente a formação, capacitação dos delegados e dirigentes sindicais, as lutas reivindicativas previstas para 2020, a aquisição de espaço próprio para o funcionamento e acolhimento de atividades sindicais na Ilha do Sal.

CONGRESSO MUNDIAL DA UNI - FINANÇAS



Teve lugar nos dias 23 e 24 de Outubro o Congresso mundial da UNI Finanças em Toremolinos – Málaga – Espanha. Neste Congresso e que o Presidente do STIF participou na qualidade de delegado, participaram delegados e convidados dos Sindicatos filiados naquela organização, foram eleitos para o cargo de Presidente a Sra. Rita Berlofa do Brasil e para Secretário Geral, o Sr. Angelo de Cristo de Itália e o Comité Executivo que irão conduzir os destinos da organização nos próximos 3 anos.

